

EDITAL Nº 02/2026, DE 23 DE JUNHO DE 2026

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 e na Lei Estadual nº 17.091, de 14 de novembro de 2019, torna público o **EDITAL Nº 02/2026** que retifica o EDITAL Nº 01/2026, de 21 de maio de 2026, que rege o **CONCURSO PÚBLICO** para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em **CARGOS EFETIVOS DE ANALISTA LEGISLATIVO (nível superior) e TÉCNICO LEGISLATIVO (nível médio)**, do quadro de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, sob coordenação e supervisão da Comissão Organizadora do Concurso Público instituída por meio do Ato Deliberativo nº 997/2025, conforme especificações a seguir.

1. Prorrogação do período de inscrição para até 13 de julho de 2026 e consequente retificação do Anexo III do Edital nº 01/2026, o qual passa a vigorar como segue:

ANEXO III
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
01	Publicação do edital de abertura	21/05/2026	
02	Reabertura do período de inscrições	23/06/2026	13/07/2026
03	Período inicial de inscrições	21/05/2026	22/06/2026
04	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	21/05/2026	22/05/2026
05	Período para impugnação ao Edital	21/05/2026	23/05/2026
06	Publicação das respostas às impugnações ao Edital	29/05/2026	
07	Publicação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	09/06/2026	
08	Período de interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	10/06/2026	11/06/2026
09	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área para Candidato)	18/06/2026	
10	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato com deficiência, que deseja solicitar atendimento especializado e dos candidatos indígenas e quilombolas	13/07/2026	
11	Último dia para geração do boleto e pagamento da taxa de inscrição	14/07/2026	
12	Publicação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial + Indígenas + Quilombolas), na Área para Candidato	22/07/2026	
13	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial + Indígenas + Quilombolas)	23/07/2026	24/07/2026
14	Publicação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial + Indígenas + Quilombolas), na Área para Candidato	31/07/2026	
15	Divulgação dos locais de prova	07/08/2026	
16	Realização das Provas Objetivas e Discursiva	16/08/2026	
17	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	17/08/2026	
18	Período de interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	18/08/2026	19/08/2026
19	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho da folha de respostas, na Área para Candidato	09/09/2026	
20	Período de interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	10/09/2026	11/09/2026
21	Publicação do resultado definitivo das provas objetivas	30/09/2026	
22	Publicação do padrão de resposta preliminar da prova discursiva, na Área para Candidato	30/09/2026	
23	Período de interposição de recurso contra o padrão de resposta preliminar da prova discursiva	01/10/2026	02/10/2026
24	Publicação do padrão de resposta definitivo da prova discursiva	08/10/2026	
25	Publicação do resultado preliminar da prova discursiva, na Área para Candidato	26/10/2026	

ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
26	Período de interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova discursiva	27/10/2026	28/10/2026
27	Publicação do resultado definitivo da prova discursiva	17/11/2026	
28	Publicação do edital de convocação para a prova de títulos	17/11/2026	
29	Período para envio da documentação referente à prova de títulos	18/11/2026	20/11/2026
30	Publicação do resultado preliminar da prova de títulos, na Área para Candidato	02/12/2026	
31	Período de interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	03/12/2026	04/12/2026
32	Publicação do resultado definitivo da prova de títulos	15/12/2026	
33	Publicação do edital de convocação para avaliação biopsicossocial e procedimento de heteroidentificação + confirmação de autodeclaração de indígenas e quilombolas	16/12/2026	
34	Período de realização da avaliação biopsicossocial e do procedimento de heteroidentificação + confirmação da autodeclaração de indígenas e quilombolas	19/12/2026	20/12/2026
35	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e do procedimento de heteroidentificação + confirmação da autodeclaração de indígenas e quilombolas, na Área para Candidato	28/12/2026	
36	Período de interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e do procedimento de heteroidentificação + confirmação da autodeclaração de indígenas e quilombolas	29/12/2026	30/12/2026
37	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e do procedimento de heteroidentificação + confirmação da autodeclaração de indígenas e quilombolas	07/01/2027	
38	Publicação do Resultado Final do concurso	08/01/2027	
39	Homologação do Resultado Final	*A definir	

2. Retificação do subitem 4.1.1 do Edital nº 01/2026, que trata das vagas destinadas aos candidatos com deficiência, o qual passa a vigorar como segue:

4.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser aumentado para o primeiro inteiro subsequente quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) e reduzido ao inteiro imediatamente inferior quando a fração for menor que 0,5 (cinco décimos).

3. Retificação do subitem 7.2 do Edital nº 01/2026, que trata da inscrição no concurso, o qual passa a vigorar como segue:

7.2. Antes de efetuar a inscrição no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que, no ato da posse, preencherá todos os requisitos exigidos para o cargo/especialidade ao qual deseja concorrer e concordar, eletronicamente, com o termo de aceite deste Edital, disponibilizado no ato da inscrição, o qual configura aceitação de todas as normas e condições ora estipuladas.

4. Retificação do Anexo I do Edital nº 01/2026, que trata, dentre outros pontos, dos requisitos de formação/escolaridade exigidos para os cargos, em específico, dos requisitos do cargo Analista Legislativo – Audiovisual, o qual vigorará como segue:

ESPECIALIDADES	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
04 – Audiovisual	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de <u>graduação em</u> Rádio e TV, Audiovisual, Produção em Audiovisual ou Cinema; Comunicação Social, com habilitação em Audiovisual, Rádio, Televisão ou Cinema, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.	I – Desenvolver e participar do processo de criação, produção, direção e edição de produtos audiovisuais, televisivos e sonoros; II – Empregar linguagem do som, da luz, da fotografia e da imagem nas produções audiovisuais de acordo com as políticas de comunicação e divulgação; III – Sugerir roteiros de programas, documentários ou de séries para internet, televisão e rádio; IV – Dirigir, produzir e realizar a captação de imagens e sons para programas jornalísticos, institucionais e documentais; V – Editar, selecionar e finalizar o material audiovisual e multimídia, garantindo a qualidade técnica e o conteúdo

ESPECIALIDADES	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
		informativo a ser veiculado; VI – Prestar consultoria aos órgãos do Poder Legislativo Estadual em assuntos de sua especialidade, quando solicitado; VII – Executar outras atividades correlatas à sua área de atuação.

5. Retificação do Anexo II do Edital nº 01/2026, que trata do conteúdo programático para as provas, nos termos a seguir:

- 5.1. Retificação da disciplina de Legislação e Ética no Serviço Público contida nos conteúdos programáticos de conhecimentos gerais dos cargos de Analista Legislativo/Especialidades e Técnico Legislativo, a partir da supressão do tópico “Resolução nº 546/2006 (Código de Ética e Decoro Parlamentar)”, por estar revogado, o qual passa a vigorar como segue:

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS

1. CARGO DE ANALISTA LEGISLATIVO/ESPECIALIDADES

1.1. CONHECIMENTOS GERAIS

(...)

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO:

1. Legislação aplicada ao serviço público. 1.1. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 1.2. Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI). 2. Ética no serviço público. 2.1. Ética no serviço público. 2.2. Ética e função pública. 2.3. Ética e moral: definição e distinção. 2.4. Valores, virtude, honestidade, integridade, decoro e zelo no serviço público: conceitos. 2.5. Ética, democracia, cidadania e o papel do servidor público. 3. Princípios da Administração Pública aplicados à ética. 3.1. Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 3.2. Aplicação dos princípios éticos na Administração Pública. 4. Legislação Interna: Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará). Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Alece). Resolução nº 751/2022 e alterações (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará). Resolução da Alece nº 780/2025 e alterações (Estrutura Organizacional da ALECE). Resolução nº 783/2026 (Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE).

(...)

2. CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO

2.1. CONHECIMENTOS GERAIS

(...)

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO:

1. Legislação aplicada ao serviço público. 1.1. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 1.2. Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI). 2. Ética no serviço público. 2.1. Ética e função pública. 2.2. Ética e moral: definição e distinção. 2.3. Valores, virtude, honestidade, integridade, decoro e zelo no serviço público: conceitos. 2.4. Ética, democracia, cidadania e o papel do servidor público. 3. Princípios da Administração Pública aplicados à ética. 3.1. Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 3.2. Aplicação dos princípios éticos na Administração Pública. 4. Legislação Interna: 4.1 Constituição do Estado do Ceará: disposições relativas ao Poder Legislativo Estadual; organização, competências e funcionamento do Poder Legislativo Estadual; 4.2 Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará). 4.3 Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Alece). 4.4 Resolução nº 751/2022 e alterações (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará). 4.5 Resolução da Alece nº 780/2025 e alterações (Estrutura Organizacional da ALECE). 4.6 Resolução nº 783/2026 (Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE).

(...)

- 5.2. Inclusão de conteúdos de conhecimentos específicos para o cargo Analista Legislativo – Direito, nos termos a seguir:

Direito Eleitoral: Organização e competências da Justiça Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral. Alistamento Eleitoral. Capacidade eleitoral passiva: condições de elegibilidade e inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais. Partidos políticos: autonomia, criação, fusão, incorporação, extinção, filiação, fidelidade partidária, coligações, federações partidárias e cláusula de barreira. Sistemas eleitorais: majoritário e proporcional. Registro de candidaturas.

Fraude à cota de gênero (Súmula 73, do TSE). Abuso de poder (econômico, político e dos meios de comunicação). Condutas vedadas aos agentes públicos. Pré-Campanha Eleitoral. Propaganda eleitoral. Garantias eleitorais. Sistema eletrônico de votação e apuração. Diplomação e posse dos candidatos eleitos. Ações eleitorais (Ação de Impugnação a Registro de Candidatura – AIRC, Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE, Recurso contra expedição de Diploma – RCED, Ação de Impugnação a Mandato Eletivo – AIME, representações e ação rescisória). Recursos Eleitorais. Crimes eleitorais.

Introdução às Normas do Direito Brasileiro e Direito Civil: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei no 4.657, de 4 de setembro de 1942 e alterações). Pessoa natural. Personalidade, capacidade, legitimidade, começo e fim da personalidade civil, incapacidade, emancipação, ausência, morte natural e morte presumida, nos limites necessários à compreensão dos atos jurídicos. Pessoa jurídica. Conceito, natureza, classificação, começo da existência legal, registro, administração, representação, responsabilidade, domicílio, associações, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio. Domicílio da pessoa natural, domicílio profissional, domicílio necessário, domicílio da pessoa jurídica, pluralidade de domicílios e domicílio especial ou de eleição. Bens. Conceito e classificação. Bens considerados em si mesmos. Bens imóveis e móveis. Bens fungíveis e consumíveis. Bens divisíveis e indivisíveis. Bens singulares e coletivos. Bens reciprocamente considerados. Bens principais e acessórios. Frutos, produtos, pertencas e benfeitorias. Bens públicos e particulares, conforme a classificação do Código Civil. Responsabilidade civil. Ato ilícito. Abuso de direito. Dever de indenizar. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Culpa. Dano. Nexo causal. Excludentes de responsabilidade. Caso fortuito e força maior. Responsabilidade por fato próprio, por fato de terceiro, pelo fato da coisa e pelo fato do animal. Dano material, dano moral, dano estético, dano coletivo e critérios de indenização.

- 5.3. Substituição do tópico “Excel Avançado” por “Excel” nos conteúdos de conhecimentos específicos dos cargos de Analista Legislativo – Controle Interno, Analista Legislativo – Gestão e Governança e Analista Legislativo – Planejamento e Orçamento.
6. Ratificam-se integralmente os demais itens, subitens e anexos do Edital nº 01/2026 não expressamente alterados por meio desta Retificação.
7. Este Edital vigorará a partir da data de sua publicação.

Fortaleza, 23 de junho de 2026.

ROMEU ALDIGUERI DE ARRUDA COELHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará